

Banqueiros reforçam o lobby

Belo Horizonte — Os bancos vão reforçar o lobby junto aos constituintes de forma a derrubar decisões contrárias a seus interesses aprovadas para o sistema financeiro, principalmente a limitação de juros, a um máximo de 12% ao ano. Essa foi uma das decisões tomadas ontem em reunião da Associação Brasileira de Bancos comerciais (ABBC), a portas fechadas. Parte do que foi discutido pôde, porém, ser ouvida ao lado de fora por jornalistas.

Durante a reunião, o presidente da ABBC, José Carlos Jacinto Campos, também diretor do banco

Bozano Simonsen, reconheceu que os bancos foram derrotados, mas conclamou-os a se organizar para as próximas votações. "Vamos ter de gastar agora o que não gastamos antes", disse Jacinto Campos. Ficou decidido ainda que os 35 bancos que formam a ABBC trabalharão em nível regional para pressionarem os constituintes a rejeitarem a limitação das taxas de juros. Em entrevista, o presidente da ABBC disse que as decisões lhe causaram espanto, principalmente porque, conforme lembrou, em nenhum país do mundo taxas de juros são tratadas em Constituições.

Abreu se declara "perplexo"

"Eu fiquei perplexo". Desta forma o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, se manifestou ontem sobre a decisão da Constituinte de tabelar as taxas de juros



reais em 12%. Para o ministro, se o alvo da Constituinte foram os banqueiros, houve um grande engano, pois os bancos são remunerados pelo spread (taxa de risco) e assim o ponto mais prejudicado foi a poupança nacional. Desta forma, segundo ele, certamente, vai-se privilegiar os especuladores, principalmente os que atuam com bens reais e imobiliários. "Eu achei lastimável", concluiu Abreu.

Já o ministro da Cultura, Celso Furtado (foto), acredita que o tabelamento deve ser visto por um outro ângulo, ou seja, como uma resposta ao abuso das taxas de juros. Uma resposta, segundo ele, exagerada para uma situação exagerada. "Se as taxas cobradas fossem normais, como em outros países do mundo, geralmente entre 4% e 8%, ninguém estaria discuti-

do o assunto e nem colocando na Constituição", afirmou

Ressaltou que os abusos praticados no Brasil levam a situações sérias. O País entra em recessão e os balanços de todos os bancos apontam lucros extremamente elevados. Por isso, uma taxa de 12% obriga os bancos a terem custos mais baixos. Eles terão também que se especializar e "pensar" muito nos seus investimentos. "A informatização dos bancos, por exemplo não será carnaval como foi. Foram realizados investimentos excessivos nesta área", disse.

Furtado destacou também que os bancos terão agora que cuidar muito da taxa passiva de juros, ou seja, a taxa que eles pagam. Se o banco só vai ganhar 12% e tem custos de operação de 6%, ele só pode pagar uma taxa passiva no mínimo de 6%. Do contrário, segundo o ministro, não terá lucro nenhum. Com um spread de 12%, portanto, a taxa passiva passa a ser 4%. Mas ele lembrou que todos estes aspectos terão que ser discutidos numa legislação complementar que fará as adaptações necessárias para evitar, por exemplo, que os bancos contornem o tabelamento criando vinculações que aumentem indiretamente a taxa de juro.

Anc
X